

A Política Nacional dos Territórios Rurais no Brasil e a Luta por Reconhecimento Social

Grupo de Trabalho 07: Desenvolvimento territorial e local: desigualdades e descentralização

Simone Cabral Marinho dos Santos – Universidade do Estado Rio Grande do Norte –UERN/Brasil

José Willington Germano – Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN/Brasil

RESUMO

A dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento, propiciando oportunidades de geração de renda. Nesse trabalho, nos atemos, às possibilidades da participação em favor do reconhecimento social dos sujeitos sociais do campo e à discussão sobre a tomada de decisão, as tensões, os limites, as vulnerabilidades e as ambigüidades presentes nos territórios rurais. Tomaremos como referência o espaço de tomada de decisões e de organização de institucionalidade territorial do Colegiado do Território Rural do Sertão do Apodi, formado por 17 municípios do estado do Rio Grande do Norte – Região Nordeste do Brasil.

Palavras-Chave: Território; Meio Rural; Reconhecimento Social

Introdução

A construção de uma agenda nacional de implementação de uma política de desenvolvimento territorial no Brasil é, relativamente, recente. Surge no final dos anos 1990 e início desta década enquanto paradigma de referência para a América Latina, contribuindo com a crítica aos modelos de desenvolvimento local e regional integrado de enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais, ao mesmo tempo que emergem novas reflexões e reformulações sobre o espaço rural. Este, que ora foi visto como lugar de problemas, hoje, é encarado como portador de soluções, vinculado à melhoria do emprego e da qualidade de vida.

O enfoque dessa abordagem reside na maximização das oportunidades de desenvolvimento humano e na diversificação das economias locais. A dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento, propiciando oportunidades de geração de renda. É nesse sentido, que o meio rural pode ser encarado de maneira positiva, capaz de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades. Nesse trabalho, nos atemos, às possibilidades da participação em favor do reconhecimento social dos sujeitos sociais do campo e à discussão sobre a tomada de decisão, as tensões, os limites, as vulnerabilidades e as ambigüidades presentes nos territórios rurais. Tomaremos como referência o espaço de tomada de decisões e de organização de institucionalidade territorial do Colegiado do Território Rural do Sertão do Apodi, formado por 17 municípios do estado do Rio Grande do Norte – Região Nordeste do Brasil. Os sujeitos da pesquisa são nominados pelos personagens da narrativa de Guimarães Rosa (2006) em Grande Sertão: Veredas.

Como parte empírica da estrutura particular de composição do Colegiado, nos deteremos: na natureza de seu surgimento; no envolvimento dos sujeitos com o grupo e/ou organização que representa no Colegiado; no processo de participação (forma de escolha, representação e tomada de decisão); no envolvimento dos sujeitos com as lutas sociais; nos problemas encontrados e nas situações

relacionadas com estes e que causaram consensos, impasses e conflitos em busca da desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo.

É possível compreendermos, na dinâmica de funcionamento do Colegiado do Território do Sertão Apodi, possibilidades de ações que vêm colaborando com a desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo, particularmente, no que diz respeito à mudança de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social.

1. Agenda nacional de implementação de uma política de desenvolvimento territorial

A preocupação com enfoque territorial na descentralização de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural no Nordeste brasileiro é institucionalizada, ainda em 2000, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Acordo de Empréstimo N° 494-BR, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o FIDA, resultando no Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária do Semiárido do Nordeste, ou simplesmente, PDHC.

A experiência pioneira do PDHC em Estados nordestinos, desde 2000, segundo informantes desta pesquisa, contribuiu para impulsionar o debate no âmbito das políticas públicas governamentais de organização territorial no meio rural, devido a sua finalidade de melhorar as condições sociais e econômicas de beneficiários de assentamentos de Reforma Agrária e de fortalecimento de economias locais de agricultores familiares do Semiárido do Nordeste, sob o viés da organização territorial do espaço.

O alargamento da política nacional de desenvolvimento territorial é realizado, em 2008, com o Programa Territórios da Cidadania. Com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar o atendimento de programas básicos na área da infraestrutura, saúde, cultura, educação, questões fundiárias, organização da produção e gestão territorial, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania como forma de integrar ações entre Governo Federal, Estados e Municípios e de ampliar o alcance da estratégia de planejamento de ações governamentais por meio da articulação de vários ministérios. A experiência do Pronat oferece as bases de organização para uma nova institucionalidade territorial, que agora não só se destina às especificidades do meio rural, como também absorve as estruturas urbanas.

Assim, o Programa Territórios da Cidadania é parte de uma estratégia de desenvolvimento rural realizada pelo Governo Federal em parceria com os Governos Estaduais e Municipais e a sociedade, no caso o Pronat, com o objetivo de integralizar as políticas públicas para redução das desigualdades sociais e regionais, tendo por referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas. Essa política é oriunda, principalmente, da necessidade de se adotar concepções inovadoras para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental e das desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro.

Desse modo, que entra em cena uma nova institucionalidade movida por uma pluralidade de sujeitos, de ações e legitimidade social diversa, com ampliação da sua área de ação e capacidade de negociação reafirmada constantemente. Vários setores entre público e privado, instituições nacionais, estaduais e locais e organizações sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais adquirem uma nova visibilidade social na política dos Territórios da Cidadania. Essas forças e tensões são expressas no momento do planejamento, daí nosso protagonista chamar a atenção para o “planejamento territorial” redefinindo o cenário de gestão das políticas públicas e a relação entre Estado e a Sociedade. Mas existe uma grande dificuldade que permeia essas novas iniciativas de organização territorial. Para Tânia Bacelar (2008, p. 25), “a articulação intersetorial. Mas é uma dificuldade boa. Estou convencida de que ninguém junta governo. Governo tem muita dificuldade em se articular. Mas, vamos para o território. Quem é que junta o governo? Os agentes do território”. Em outras palavras, são os sujeitos envolvidos no processo de gestão e organização do Território.

A capacidade de capilaridade social do Programa é também verificada na sua ampliação no país. De 60 Territórios da Cidadania criados em 2008, em 2009, dobrou, foram 120, permanecendo em 2010 a mesma quantidade. Estes, reuniram a participação de 22 parceiros institucionais, entre ministérios e órgãos do Governo Federal.

O Programa nasce com o desafio de construir uma matriz única de oferta de políticas públicas, articulando diferentes ministérios e ações, mas interagindo em diálogo com as demandas e reivindicações territoriais de forma integradora. Apesar do seu caráter inovador, ao procurar qualificar o atendimento das demandas dos territórios por meio da união de políticas públicas de promoção da cidadania, verificamos a superposição de políticas, já em andamento entre os ministérios e órgãos governamentais, com as novas metas previstas, como inevitável. Com isso, vemos dificultada a sua consolidação, o que poderá resultar em inoperância.

No Território do Sertão do Apodi a presença do PDHC, enquanto órgão federal, qualifica as ações do Pronat, exercendo a função de articulador territorial e faz a interlocução entre as políticas públicas governamentais e os níveis territoriais locais. Como o Território Sertão do Apodi, além de se constituir em Território Rural, faz parte do conjunto de Territórios da Cidadania; se, por um lado, otimiza as ações porque os interesses de ambas institucionalidades convergem para gestão e o desenvolvimento social territorial, por outro, privilegia-se o caráter rural como foco de atenção.

Nossa preocupação incide, fundamentalmente, na mobilização das forças sociais interessadas na valorização e reconhecimento social do campo. Em se tratando de espaços de formulação e gestão de políticas, no Território estão presentes as disputas de interesses, os conflitos, a coesão social e, evidentemente, a inclusão de novos sujeitos, partes integrantes do processo de elaboração, gestão e de decisão das políticas.

1.1 Os Colegiados Territoriais

Para que o processo de gestão territorial ganhe força, foram e estão sendo criados mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação dos sujeitos sociais nos Territórios Rurais. Nesses mecanismos é possível discutir e deliberar, publicamente, sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente vidas e relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas dos sujeitos envolvidos, sob o reconhecimento das instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito dos Territórios Rurais. Desse modo, tem-se, no âmbito federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); nos estados, o Colegiado Estadual; e no Território, o Colegiado Territorial Rural. É importante destacar que, na visão governamental, não há hierarquias estabelecidas entre os diversos níveis de colegiados.

Resumidamente, cabe ao Colegiado Territorial, por intermédio da sua Plenária (instância máxima), o papel deliberativo e consultivo, assim como cabe ao seu Núcleo Dirigente (nível decisório intermediário) o papel diretivo na implementação das iniciativas territoriais com o apoio de seu Núcleo Técnico. Enquanto mecanismo de participação e controle social, o referido Colegiado apresenta-se como uma institucionalidade que abre espaço para a prática da democracia participativa, à luz de Boaventura Santos e Leonardo Avritzer (2003).

O Colegiado Territorial do Programa Territórios da Cidadania absorve a estrutura organizativa do Colegiado dos Territórios Rurais. No caso do Território Sertão do Apodi, um Território Rural que compôs a estrutura de beneficiários do Programa Territórios da Cidadania, logo em 2008, também é um território beneficiado pelo PDHC, desde 2002, que, por sua vez, é constituído de um órgão colegiado. O formato institucional dessas instâncias deliberativas de participação vai sendo moldado e reapropriado, conforme a inclusão de novas demandas, sujeitos e instituições em função dos Programas e Projetos, e isso tem uma avaliação positiva por parte dos entrevistados.

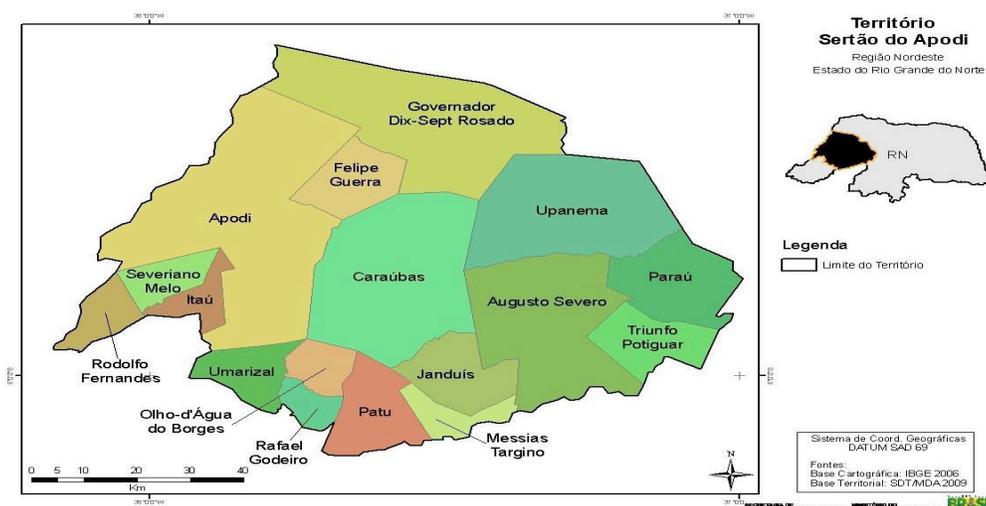
Assim, se, por um lado, amplia o leque de participação e abrangência de atuação, em virtude da heterogeneidade na composição, verificada pela diversidade das organizações representadas

no Colegiado; por outro, dificulta o atendimento às especificidades e reais necessidades dos sujeitos, além da funcionalidade do próprio Colegiado devido ao inchaço da sua composição.

2. O Território Rural Sertão do Apodi

Neste estudo, nos deteremos no Colegiado do Território Rural Sertão do Apodi – RN, localizado na Região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte. Esse Território é constituído por 17 municípios: Apodi, Campo Grande (Augusto Severo), Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix - Sept Rosado, Janduís, Olho d'Água dos Borges, Rafael Godeiro, Umarizal, Upanema, Itau, Messias Targino, Paraú, Patu, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Triunfo Potiguar. Sua área geográfica corresponde ao total de 8.280,20 km², representando 15,6% da área do estado e com área municipal média de 488km² superior à média estadual que é de 318km²/município (Ptdrs, 2006, 2010).

Figura 01- Mapa do Território Sertão do Apodi-RN.



Fonte: Arquivo do Instituto de Assessoria a Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), Natal-RN. Ano: 2010.

Caracteriza-se por ser um Território tipicamente rural, considerando o critério utilizado por Veiga (2003), com densidade demográfica de 19 habitantes/km², bem inferior à média do Estado, que é de 52,30 habitantes/km². Dos 17 municípios que compõem o Território, apenas um (Apodi) tem população superior a 20.000 habitantes e cinco (Caraúbas, Governador Dix-Sept Rosado, Patu, Umarizal e Upanema) com população superior a 10.000 habitantes (Ibge, 2010).

De acordo com os dados do IBGE (2010), sua população é de 157.203 habitantes, destes, 64,5% residem na zona urbana e 34,5% na zona rural¹. Tais índices, se comparados aos entrevistados membros do Colegiado Territorial, houve, quase, uma inversão: 57,6% disseram morar no campo e 42,4%, na cidade, que, de certa forma, abranda o movimento rural-urbano, como tem alertado Veiga (2003). A proporção total da sua população rural, em 2010, é de 41,6%, registrando 9.453 agricultores familiares, 2.535 famílias assentadas e uma comunidade quilombola e sem registro de terras indígenas (Dieese, 2011, p. 227).

Com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,63, a dinâmica econômica do território é fortemente atrelada à produção agropecuária e a negócios não agrícolas. Essa característica do Território faz com que a economia rural seja a principal alavanca de desenvolvimento, cujas principais atividades produtivas são: apicultura, rizicultura, bovinocultura, caprino e ovinocultura,

¹ Os números em percentagem foram elaborados pela autora.

cajucultura e piscicultura. Outra característica do Território diz respeito aos mais de 120 grupos produtivos, distribuídos entre associações, cooperativas, ONGs, sindicatos e assentamentos, dentre outros (Ptdrs, 2006, 2010).

Até 2010, compunha o Colegiado Territorial Sertão do Apodi 162 membros, 22 representando o Poder Público e 140 a Sociedade Civil. De acordo com o seu Regimento Interno, tem-se a seguinte estrutura: Representando o Poder Público Federal, Estadual e Municipal tem-se a participação de um representante do Banco do Nordeste, um do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), um da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas), um da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (Seara), um da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (Sape) e um de cada prefeitura dos 17 municípios que compõem o Território. Quanto aos representantes da Sociedade Civil, tem-se conforme o Regimento Interno, art. 5º, I e II:

- a) 17 representantes das Comissões de mulheres dos STTR;
- b) 17 representantes das Comissões de jovens dos STTR;
- c) 17 representantes dos STTR;
- d) 02 representantes de beneficiários diretos de cada um dos 10 municípios onde o PDHC realiza ações locais, num total de 20 pessoas;
- e) 02 representantes dos Fóruns de Associações de Agricultura Familiar ou da base dos sindicatos dos trabalhadores rurais eleitos em assembleia, dos demais municípios, num total de 14 pessoas;
- f) 15 representantes das ONGs que atuam no território.

Desse modo, questionamos: quem esses sujeitos para quem tencionamos nosso olhar sobre as ações constitutivas na dinâmica social, política e educacional do Território Rural Sertão do Apodi?

Para compor os achados desta pesquisa, por meio da aplicação de formulários, entrevistamos 85 membros, do total de 162, o que representa 51%. Destes, 55 homens e 30 mulheres, representando, respectivamente, 64,7% e 35,3%. São homens e mulheres cujo estado civil, em sua maioria, é casado, representando 51,8% que têm em média um ou dois filhos, atingindo um percentual de 50,6% dos casos, que residem, quase equilibradamente, tanto no campo quanto na cidade, respectivamente, 53,5% e 46,5% dos entrevistados, contrariando a lógica de família nuclear de domínio urbano. Reforça esse dado o número de pessoas que moram na casa, incluindo o entrevistado, fica entre três e quatro pessoas para 53% dos informantes.

Apesar de o número de mulheres entrevistadas ser significativamente menor que o dos homens, quando tratamos da forma de representação no Colegiado, conforme nos revela a tabela 01, 83% das entrevistadas se colocaram como titulares, os homens, em 56% dos entrevistados.

À medida que a mulher vai redefinindo seu papel na sociedade, porque também é dela a ocupação do espaço público, alçado pelas conquistas na área profissional, social e política, tais feitos também redefinem o âmbito privado das relações interpessoais e familiares. Isso é perceptível entre as protagonistas do Colegiado Territorial que veem no processo de participação, esse mecanismo de exercício democrático, condição de resistência aos sentimentos de inferioridade e estabelecimento da autorrelação prática de autoconfiança, enquanto relação positiva de si mesmo, alicerce da relação de igualdade reconhecida pelo outro (Honneth, 2003). Vejamos o que diz a protagonista Diadorim (Informação verbal) para ilustrar essas reflexões.

Antes as mulheres tinham medo de participar. Depois que forma o grupo, ainda se tem medo, mas agora com o movimento, eles (homens) têm medo que a gente denuncie [...] Mudou no ponto da liberdade. Eu tenho liberdade. Eu posso dizer que vou e vou, ninguém me impede. É

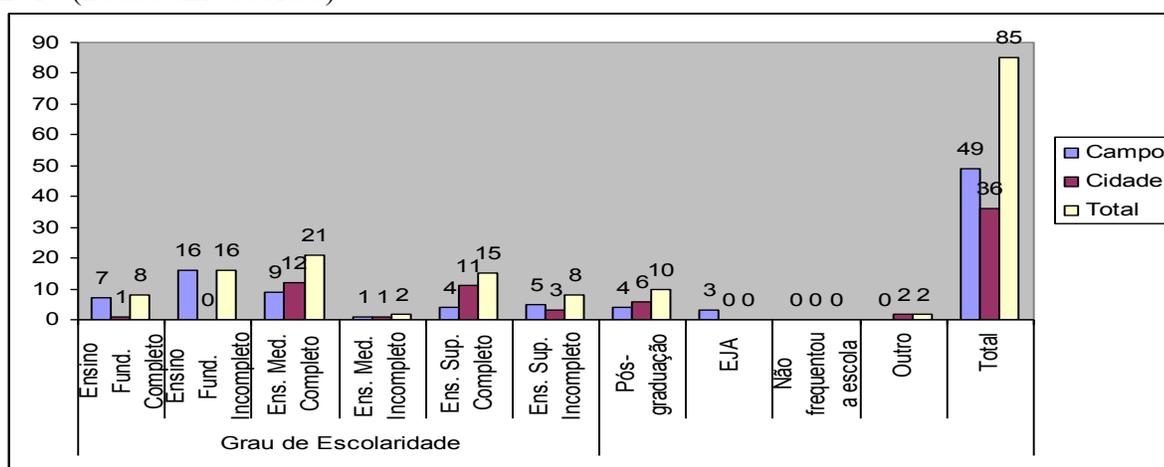
tão difícil a liberdade. O que eu achei mais difícil foi passar 18 dias fora (de casa), mas ele (marido) me deu a maior força (Diadorim).

Em se tratando das formas de representação, ainda sob o viés das relações de gênero, exceto o poder público, conforme tabela 02, as mulheres se fazem representadas. Mas é, no segmento das ONGs, em que a representação é mais equilibrada: 50% homens, 50% mulheres. O que nos revela que formação e profissionalização para as mulheres têm alçado ganhos maiores de visibilidade social; ao contrário, da tomada do espaço público, com ranços mais conservadores.

Embora, por um lado, encontremos sujeitos da pesquisa que enfatizam a falta de espaços efetivos de participação de jovens e mulheres e, por outro, os que admitem a existência destes, mas que não são ocupados, temos o suposto consenso sobre a existência efetiva de canais de participação para jovens e mulheres afetado. De fato, a presença significativa destes é um retrato da construção de um processo de visibilidade social, mas no que diz respeito à autonomia, enquanto ideal de expressividade individual, faz parte de um processo que está sendo construído, cuja evolução caminha para uma autorrelação nova e positiva de reconhecimento social (Honneth, 2003).

Quando se trata de escolarização, estão no campo os baixos índices de escolaridade. Conforme o gráfico 02, dos sujeitos entrevistados que moram no campo, apenas 07 completaram o ensino fundamental e 16 não chegaram a concluir esse nível de ensino. Entre os sujeitos que moram na cidade, praticamente essa etapa da escolarização não aparece, como também não apareceu a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso se justifica, visto que o nível de escolarização dos que residem na cidade supera os do campo, bastando observar os dados no ensino médio, no ensino superior e na pós-graduação, respectivamente, em números absolutos 12 e 9, 11 e 4, 6 e 4. Mas, no geral, entre os que residem no campo ou na cidade, quando perguntados se estão estudando atualmente, apenas 27% afirmaram que sim, contra 73% que não. Quando especificamos por local de moradia, disseram não estudar atualmente, 61% dos que moram no campo e 39% dos que moram na cidade. E se considerarmos o recorte de gênero, temos, ainda, 68% dos homens que não estudam, bem superior aos 32% referentes às mulheres em igual situação.

Gráfico 02 - Relação Local de Moradia e Grau de Escolaridade no Território do Sertão do Apodi-RN, 2010 (Dados em absoluto)



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Nota: Curso de aperfeiçoamento, formação, capacitação.

Tanto quanto a escolarização, a inserção na vida orgânica do movimento e/ou da organização social, tem um efeito educativo para os sujeitos do campo, em função do vínculo das pessoas com a sua realidade e das aprendizagens coletivas resultantes da cultura em espaços da educação não escolar. As práticas educativas dos movimentos sociais produzem processos de transformação, reorientando políticas governamentais e ações dos próprios movimentos. Motivadas pela pressão e resistência social “têm como efeitos demarcarem alterações nas relações entre os agentes envolvidos. Nesse sentido, o caráter educativo é duplo: para o mandatário e para o agente governamental, controlador/gestor do bem mandatário (Gohn, 1994, p.52).

Com efeito, 87%, entre homens e mulheres, que disseram não estudar, atuam e/ou atuaram, em algum tipo de movimento/organização social no Colegiado Territorial. Entre os que estudam, estão 91,3%. As formas de participação são: ONGs, Associações, Sindicatos, Grupos Religiosos (Jovens, Evangélicos, Pastorais), Federações de Trabalhadores Rurais, Grupo teatral, Conselhos, Comissões, Cooperativas, Fórum, Partidos Políticos Movimento estudantil, Movimento de mulheres, Campanhas e Marchas.

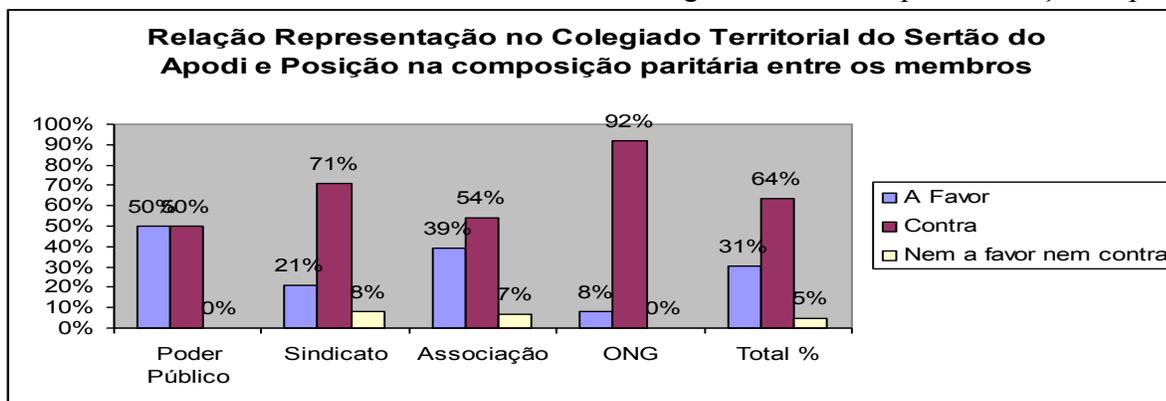
Tratando-se da participação e atuação dos membros no Colegiado, inicialmente, queremos destacar a redefinição da sua composição, já bastante ampliada, 162 membros como mencionamos. Esse número vem sofrendo pressão, seja dos agentes governamentais para diminuí-lo, seja os agentes sociais, para aumentar ou permanecer a representação da sociedade civil. De todo modo, considerando o número real de membros, ou seja, 162, a participação dos membros nas reuniões tem sido bastante significativa, em média 50%. Isso demonstra uma atuação mais efetiva dos seus membros, e não mera formalidade legal da participação. Dos entrevistados, 90,6% dizem participar frequentemente das reuniões.

Majoritariamente, a participação nas reuniões é de representantes da sociedade civil, e não poderia ser diferente, uma vez que ocupam quase 80% dos assentos, que, em números absolutos, somam 140 membros, contra 22 do poder público, como está dito acima. Embora a resolução do Condraf oriente para uma composição paritária entre os membros, na prática, isso não ocorre no Território do Sertão do Apodi-RN.

Essa disparidade na representação no Colegiado tem ganhado, atualmente, lugar de destaque na pauta de discussão das reuniões do Colegiado. A discussão sobre a paridade tem assumido mais contornos reativos que propositivos, ao provocar certas divergências e resistências entre os membros do Colegiado, tendo em vista as discordâncias levantadas quanto às orientações gerais para a constituição e gestão das institucionalidades territoriais. Trata-se de um documento elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em que a recomposição paritária é defendida. Entretanto, 64% dos informantes se posicionaram contrários à paridade e, apenas, 31% a favor; os outros 5% mantiveram-se neutros ou preferiram não responder.

Em virtude da identificação e envolvimento dos membros do Colegiado com a vivência e a participação em ONGs, o apelo contrário à paridade é mais incisivo. O posicionamento dos que atuam em associação é mais favorável à paridade, como demonstrado no gráfico 03.

Gráfico 03- Posicionamento sobre a Paridade no Colegiado Territorial por Instituição Representativa



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Se, por um lado, para os que são contra, são “porque eu entendo a paridade como um favorecimento para o poder público. Quero que a maioria (no Colegiado) seja de agricultores e representantes deles” (Diadorim/informação verbal); e, por outro lado, os que são a favor são “porque o poder público tem que debater com nós, junto. Não adianta nós trabalharmos sozinhos. Só nós aqui e eles não tão vindo. Eles têm que saber dos projetos” (Reinaldo/informação verbal). Mas, para Fraser (2002), é apenas numa situação de paridade que é possível superar nas relações de subordinação em uma comunidade e/ou grupo social, uma vez que é garantida a todos a possibilidade de participarem da vida social em condição igualitária.

Essa discussão sobre a paridade é motivada não só pelo grande número de membros, o que dificulta a sua organização, mobilização e articulação, mas também pela necessidade de reavaliação dos critérios de participação das instituições e entidades, considerando a ausência dos seus respectivos representantes tanto da sociedade civil quanto, em maior proporção, do poder público.

Motivados pelo debate que compõe a pauta de recomposição do Território, está o da necessidade do seu recorte espacial, a partir da saída e/ou entrada de novos municípios, considerando não, apenas, a localização geográfica, mas a identidade regional e o sentimento de pertença entre os sujeitos. Daí o funcionamento de um Território considerar dois mecanismos, segundo Milton Santos (2006): de um lado, a formação de horizontalidades, organizada a partir de lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial e, de outro, da formação de verticalidades, uma vez que foi formada por pontos distantes uns dos outros, mas ligados e estabelecendo redes por todas as formas e processos sociais. Sendo a sua constituição humana, o Território é construído, historicamente, por meio de ações, normas (técnicas, políticas e jurídicas) e agentes diversos. Assim, o Território é reorganizado, configurado, normatizado e racionalizado constantemente (Santos, 2006).

Na verdade, os municípios mais participativos nas reuniões são aqueles que são diretamente beneficiados pelo PDHC, entidade que acompanha e monitora as ações e projetos vinculados ao Território Rural. Não por acaso que, quase 46% dos entrevistados, atuam no Colegiado há mais de quatro anos.

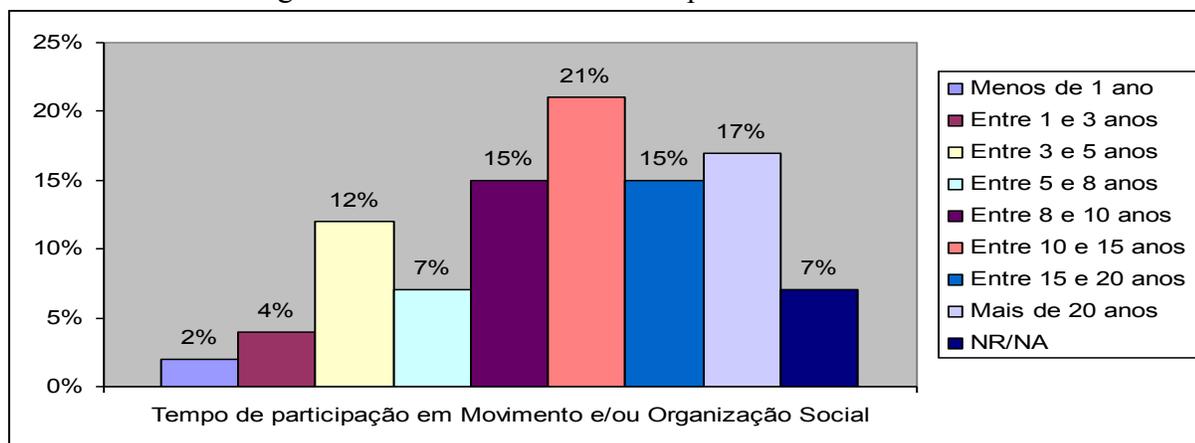
Quando tratamos da forma como os membros foram escolhidos para compor o Colegiado, pudemos constatar que 47% dos seus representantes foram eleitos na Assembleia-geral das entidades que participam, 29% foram indicados por alguém da entidade; 7%, eleitos na Plenária do Comitê; e 17%, por outras formas de escolha, que, em geral, está na autoindicação, seja porque é membro da diretoria de um sindicato, seja porque é secretário municipal etc. Fazendo a relação desses resultados com a forma de representação no Colegiado, a prática de eleger o representante coletivamente está mais presente nas associações, e a indicação por alguém, considerando o número de entrevistados, no poder público e nas ONGs.

Embora prevaleça a forma de escolha dos membros de modo coletivo e compartilhado, persiste o desafio de desativação de estruturas convencionais, uma vez que a perspectiva de representatividade e eficiência no controle social é incapaz de superar o caráter formal e burocrático desses mecanismos, enfraquecendo novas arenas públicas relacionadas à participação social. A dimensão da representatividade no Colegiado gerou profundas discussões na oficina de socialização da pesquisa, pois aos darmos visibilidade à forma de participação no Colegiado por indicação causou desconforto e estranhamento, por parte de sujeitos, particularmente, dos representantes de organizações e instituições executoras de políticas. A referida informação foi questionada, em função de não haver, segundo estes, indicação como uma prática de escolha dos membros do Colegiado.

Ao mesmo tempo que há um reconhecimento do caráter formativo de participação dos grupos sociais e camadas populares, há, também, um reconhecimento da legitimação do poder das lideranças locais no Colegiado visto como um espaço institucionalizado e representativo das demandas e interesses pessoais e coletivos dos sujeitos. Se a escola formal tem um tempo definido e determinado pela racionalização da escolarização, a escola da vivência e prática social é permanente, não se distancia da realidade social, tampouco foge “à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (Freire, 1983, p. 96).

Como a atuação dos membros no Colegiado adere a uma raiz de participação atual e anterior, procuramos averiguar o tempo e as formas de envolvimento dos membros do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi-RN em movimentos e organizações sociais a fim de identificarmos laços e compromissos históricos com a formação pessoal e coletiva desses sujeitos. No gráfico 05, é possível visualizarmos esse envolvimento em que pesa o fato de que 17% desses membros estão enraizados em diferentes lutas sociais há mais de 20 anos e, apenas, 2% em menos de um ano.

Gráfico 05 - Distribuição (%) por tempo de participação em movimento social e/ou organização social dos membros do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi-RN



Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Notas: Sigla utilizada: NR/NA: Não Respondeu/Não se Aplica

Ao longo do tempo, o envolvimento entre os membros tem se dado em diferentes movimentos sociais do campo, influenciados pelo acesso aos benefícios e serviços provenientes das ações e projetos, desejo de fortalecer a comunidade e melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo. Assim, diz o protagonista Reinaldo (Informação verbal): “por entender que o movimento social ajuda a buscar e a consolidar a melhoria da qualidade de vida do homem e da mulher do campo, principalmente, da sociedade civil em geral”.

Conclusão

E ainda que a participação no Colegiado dependesse “no começo, para ter acesso aos serviços oferecidos (consultas médicas e odontológicas etc.). Depois, foi o período de conscientização” (Reinaldo/Informação verbal). Tais sujeitos apontam para uma perspectiva de mudança nas comunidades e assentamentos com base na atuação no Colegiado, não só porque essa atuação seja rentável economicamente, mas porque ela tem resultado em mudanças de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social, tornando-os mais conscientes do seu papel político na sociedade. Em se tratando de mudanças na comunidade ou no assentamento a partir da atuação do Colegiado, um informante diz o seguinte: “A comunidade é mais participativa, pois conseguiu perceber que é necessário estar organizado e o Comitê contribuiu para essa organização” (Diadorim/Informação verbal).

Essas posturas têm sido uma constante no momento de proposições, execução e planejamento das ações do Colegiado, a exemplo do que ocorre, atualmente, na discussão, atualização e qualificação do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural e Sustentável do Sertão do Apodi -2010.

Pelo que expomos até aqui, é possível compreendermos, na dinâmica de funcionamento do Colegiado do Território do Sertão Apodi, possibilidades de ações que vêm colaborando com a desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo, particularmente, no que diz respeito à mudança de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social. O nosso desafio está em perceber, nos processos de construção de consensos decisórios, a possibilidade de uma mudança qualitativa do paradigma de desenvolvimento, numa perspectiva criativa e inovadora de aprendizagem coletiva e de emancipação humana para o campo da educação. Na sequência, trataremos das vivências e práticas educativas em espaços não escolares construídas no Território Sertão do Apodi singularizadas por meio da experiência coletiva de participação democrática, o Colegiado.

Bibliografia

Bacelar, T. (2008). Palestra Magna: Política Pública, Participação Social, Desenvolvimento Sustentável e Territórios. En Miranda, C. & T.iburcio, B. *Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais*. Brasília: IICA.

Dieese (2011). *Estatísticas do Meio Rural 2010-2011*. São Paulo: DIEESE, NEAD, MDA,

Gohn, M. G. (1994). *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (1983). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fraser, N. (2002). A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 07-20.

Honnet, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo: 34.

IBGE. (2010). *Dados do Censo*. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/. Acesso em 15 de março de 2012.

Pdtrs. (2006). *Projeto Dom Hélder Câmara*. Rio Grande do Norte.

Rosa, J. G. (2006). *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira.

SANTOS, M. (2006) O retorno do Território. En Santos, M., Souza, M. A. A. & Silveira, M. L. (Eds). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec

Santos, B. S. & Avritzer, L. (2003). Introdução: para ampliar o cânone democrático. En B. S. Santos (Eds). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto, Edições Afrontamento.